

EDITORIAL - DOSSIÊ: EPEPE- DIÁLOGOS ENTRE SABERES: RUPTURAS EPISTEMOLÓGICAS NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

O Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco (epePE) é um evento que reúne pesquisadores/as, professores/as, estudantes e gestores/as públicos/as que se dedicam ao estudo e pesquisa sobre temas relacionados à educação no estado de Pernambuco. Numa perspectiva dialógica, os participantes do epePE, apresentam diagnósticos, avaliações e buscam soluções para os inúmeros problemas educacionais do estado.

Criado em 2006, por iniciativa da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), em sua sétima edição se consolidou como um importante espaço para publicização das pesquisas realizadas nas instituições de ensino e pesquisa sediadas em Pernambuco.

Realizado na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em Recife, no período de 26 a 28 de setembro de 2018, o 7º epePE foi o resultado da cooperação bem sucedida entre a Fundaj, por meio de sua Coordenação Geral do Centro de Estudos de Cultura, Identidade e Memória (CECIM), e a Universidade Federal Rural de Pernambuco, por intermédio do Departamento de Educação (DEd). Para a realização do Encontro, contou-se com a colaboração do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (UFRPE/Fundaj); do Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio (MPCS/Fundaj); do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio/Fundaj); do Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências (UFRPE); do Programa de Pós-Graduação em Educação (UPE); da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Trabalho Docente (Red Estrado); do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (Clasco); da Universidade de Pernambuco (UPE); do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE); da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Regional de Pernambuco (SBPC) e da Faculdade Frassinetti do Recife (Fafire).

O 7º epePE recebeu 1.664 inscrições, 660 trabalhos foram inscritos em 21 eixos temáticos e avaliados por um comitê científico. Dos trabalhos aprovados, cerca de 50 foram selecionados para compor quatro livros e uma edição da revista Caderno de Estudos Sociais (Fundaj). Nessa perspectiva, apresentamos nas próximas linhas, sete artigos selecionados pelo comitê científico do 7.º epePE e submetidos à pareceristas anônimos.

Mais do que documentos legais, a LDB e os PCN's resultam dos embates entre os movimentos sociais, sociedade civil e Estado. Ao reconhecermos o currículo como um processo formal, institucionalizado, que promulga e impõe diretrizes educacionais e que tais diretrizes refletem, ao mesmo tempo em que se tornam, elas próprias,

marcadores sociais, compreendemos os movimentos das forças sociais em conflito, historicamente. Assim, ao se perceber as novas teorias educacionais e o currículo como recorte cultural, consolidado na luta cotidiana entre grupos e setores da sociedade e do estado, entende-se a necessária crítica às epistemes clássicas e a práxis educativa, incluindo o material didático reflexo dessa relação e dessa práxis.

Nesse sentido, a educação pensada como potência e contrária ao pensamento hegemônico e mercadológico (capitalista) reverbera no artigo DO HORIZONTE ORGÂNICO AO HORIZONTE C: POR UMA ONTOLOGIA NA AGROECOPEDAGOGIA, de Óscar Emerson Zúñiga Mosquera. Seu aporte, no campo da Filosofia da Educação, é apresentar o discurso emancipador da agroecologia emergida na América Latina, vinculada às pedagogias emancipatórias e libertárias.

O trabalho intitulado EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS DO EPEPE SOBRE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS, escrito pelas mãos de Karla Wanessa Carvalho de Almeida, José Marinho de Souza Neto e Cibele Maria Lima Rodrigue resulta da preocupação com a Educação Infantil como campo de estudo que precisa ser abordado de forma interdisciplinar, a partir da análise sistemática de 36 artigos, inclusos os relatos de experiência apresentados nas edições anteriores do epePE, usando elementos da metapesquisa na sua dimensão reflexiva e na análise do discurso faircloudiana. O material dividido em blocos foi analisado pelos/as autores/as que buscaram as regularidades discursivas nas temáticas Prática Pedagógica, infância e criança, Alfabetização/Letramento, Lúdico, Política Educacional, Afetividade e Pedagogia Cultural, notando suas especificidades comuns nas “assunções de caráter ideológico”, além de perceber a ausência de pesquisa sobre o espaço da Creche. Este estudo demonstra ainda a importância que se tornou o evento epePE para a socialização do conhecimento e para o desenvolvimento da Educação no estado de Pernambuco.

Na mesma orientação, a crítica ao livro didático é uma iniciativa dentro do movimento mais amplo pela Educação de qualidade. A importância da crítica é manter o diálogo sempre necessário e autoavaliativo dos rumos da educação, bem como ao instrumental didático, nos seus vieses sistemático, metódico, e, principalmente, inclusivo, como destaca o texto da Lei.

Assim, ANÁLISE HISTÓRICA DO TRATAMENTO OFERECIDO PELOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA AO TRABALHO COM A PRODUÇÃO DE TEXTO, de Elaine Cristina Nascimento da Silva e Juliana Alves da Silva, investiga, nos últimos 25 anos, a didática utilizada no ensino-aprendizagem da produção textual e como isso é matéria nos livros didáticos de língua portuguesa.

Da mesma forma, AS HISTORICIDADES DAS MULHERES NEGRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD-CAMPO: UM OLHAR A PARTIR DOS ESTUDOS DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL, de Maria Iveni de Lima Silva, Maria Girlene Callado da Silva e Vanessa Azevedo Cabral da Silva, busca identificar/caracterizar e compreender os principais sentidos atribuídos às historicidades das mulheres negras nos Livros Didáticos, e se estes saberes contribuem ou/não na valorização das identidades de mulheres negras. Compreendem o silenciamento sobre as epistemologias de mulheres negras nos livros didáticos como forma de permanência do padrão de poder eurocêntrico, bem como do não rompimento com o projeto de Colonialidade.

Na continuidade, complementando o olhar sobre a Educação, a questão da práxis é coberta pelo artigo A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DA GEOGRAFIA A PARTIR DO RECONHECIMENTO DOS SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS PRESTADOS POR ABELHAS NATIVAS, de Marcone Severino do Nascimento e Solange Fernandes Soares Coutinho onde se apresenta o resultado de um projeto interdisciplinar, desenvolvido na intersecção crítica de conteúdos procedimental, atitudinal e conceitual. Esse trabalho insere a Educação Ambiental como tema transversal no Ensino da Geografia, com o objetivo de sensibilizar o estudante da escola básica sobre a importância dos ecossistemas na manutenção da vida no Planeta, bem como as consequências do desequilíbrio ecológico, resultante das políticas econômicas sob a perspectiva do capitalismo de mercado, provocando o declínio da produção de alimento, a perda da biodiversidade até extinção humana.

Na mesma direção da ação educativa sob a abordagem crítica da pós-colonialidade, o artigo intitulado EDUCAÇÃO ESPECÍFICA E DIFERENCIADA DO POVO XUKURU: UM CAMINHO PARA A DECOLONIALIDADE?, de Maria Roseane Cordeiro de Oliveira e Eliene Amorim Almeida, é o resultado da pesquisa interessada em apresentar a experiência dos(as) professores(as) Xukuru que se caracteriza uma pedagogia decolonial, ainda que apresente elementos da prática pedagógica fundamentada na cultura eurocêntrica. A escrita valoriza o ensino da história do povo, destacando sua organização social e política; a incorporação de práticas socioculturais na sala de aula, e o ensino das artes indígenas.

Por fim, o artigo MODELO E FORMAS PARCELARES DE ACCOUNTABILITY NA EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOB A REGIÃO NORDESTE DO BRASIL de Maria

Angela Alves de Oliveira, examina as concepções do conceito de *accountability* em educação, identificando sua prevalência nas políticas educacionais implantadas em

sete estados na Região Nordeste, os quais possuem sistemas próprios de avaliação. Por meio da pesquisa bibliográfica realizada, a autora observou a centralidade do tema “avaliação” e a influência do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED/UFJF) nas políticas educacionais no Nordeste.

Boa leitura!

Recife, 31 de maio de 2019

Darcilene C. Gomes,

Verônica Fernandes e

Andréa Bandeira